

Banco Daycoval S.A. | CNPJ 62.232.889/0001-90 | Companhia Aberta - Categoria B

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS
2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para os respectivos períodos.

O segundo semestre de 2025 consolidou a desaceleração da economia brasileira iniciada no segundo trimestre. A atividade perdeu tração ao longo do período e deve encerrar o 2S25 com crescimento próximo de zero na comparação com o 1S25, refletindo sobretudo a defasagem do aperto monetário sobre os segmentos mais cíclicos e dependentes de crédito. Ainda assim, a economia seguiu parcialmente sustentada por setores menos cíclicos, com destaque para a agropecuária e a indústria extrativa, que ajudaram a evitar uma desaceleração mais intensa. No mercado de trabalho, apesar de sinais de arrefecimento na ocupação na margem, os rendimentos permaneceram pressionados, reforçando a necessidade de cautela na condução da política monetária e contribuindo para a desaceleração lenta da inflação.

No cenário internacional o semestre foi marcado pela adoção de tarifas comerciais pelos EUA, com impacto moderado sobre a inflação. Já o mercado de trabalho desacelerou de forma mais intensa, ainda sem correspondência direta e imediata em uma deterioração equivalente da atividade econômica até então. A combinação de crescimento mais fraco e efeitos limitados das tarifas, em um ambiente de maior acomodação das expectativas inflacionárias, permitiu um corte adicional de juros ao fim do ano, levando o Fed Funds para 3,50%–3,75%.

O Banco Daycoval encerrou o exercício de 2025 com resultados sólidos, sustentados pela força do seu *core business*, expansão da carteira de crédito e das receitas, bem como pela manutenção de elevados níveis de rentabilidade e qualidade de ativos, mesmo em um ambiente macroeconômico mais desafiador.

O Banco Daycoval encerrou o ano de 2025 com lucro líquido contábil de R\$ 1.796,6 milhões, um incremento de 6,4%, quando comparado ao ano de 2024. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE contábil), por sua vez, registrou 23,5%.

Ao final de dezembro de 2025 os ativos totais atingiram R\$ 100,6 bilhões, enquanto a carteira de crédito ampliada encerrou o período em R\$ 74,9 bilhões, crescimento de 14,4% na comparação anual.

O crédito para empresas, principal pilar do portfólio, totalizou R\$ 52,8 bilhões no período, com crescimento de 12,9% em doze meses. A expansão sazonal observada no último trimestre do ano contribuiu de forma relevante para esse desempenho, com destaque para as operações de compra de recebíveis e títulos privados, destacando-se a cédula de produto rural e notas comerciais.

No segmento de varejo, o crédito consignado encerrou 2025 com carteira ampliada de R\$ 17,8 bilhões, crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A expansão foi impulsionada, principalmente, pela aquisição da carteira de cartão consignado do Banco Santander S.A., com saldo aproximado de R\$ 1 bilhão, operação que reforça a estratégia de crescimento do Banco nesse segmento. A transação abrange a incorporação de mais de 670 mil clientes e 130 convênios. Já a carteira de financiamento de veículos apresentou crescimento expressivo, alcançando R\$ 3,7 bilhões, aumento de 44,9% na comparação anual, refletindo a estratégia de expansão com foco em rentabilidade ajustada ao risco.

O segmento de crédito imobiliário, por meio de operações de *home equity*, superou R\$ 500 milhões, reforçando a atuação em produtos com garantia real.

A estrutura de *funding* manteve-se diversificada e bem equilibrada, com saldo de captação total de R\$ 75,9 bilhões ao final de 2025. Os depósitos, incluindo LCI e LCA, representaram 46,2% do total, enquanto as Letras Financeiras corresponderam a 36,1% e as captações externas a 16,7%. O Banco manteve adequado casamento entre ativos e passivos, além de confortável posição de liquidez e caixa.

A margem financeira líquida sobre ativos remunerados encerrou o ano de 2025 em 7,9%, patamar ainda robusto, embora tenha apresentado leve compressão no trimestre em função do crescimento acelerado dos ativos no último mês do ano de 2025.

A despeito do forte resultado, o custo do crédito aumentou ao longo de 2025, refletindo maior volume de provisões e postura prudencial diante do cenário econômico, sem comprometer a qualidade estrutural da carteira.

A qualidade dos ativos permaneceu sólida, com inadimplência acima de 90 dias em 1,7% ao final de dezembro de 2025 e índice de cobertura de 170,6%, evidenciando adequada proteção contra perdas esperadas.

O índice de Basileia atingiu 13,3%, o que representou um acréscimo de 0,8 ponto percentual em relação ao ano de 2024 (12,5%). Apesar do maior consumo de capital decorrente da forte expansão da carteira de crédito e impacto da distribuição de dividendos, a emissão de letras financeiras perpétuas ao longo do ano de 2025 contribuiu para compensar parcialmente esse efeito, sustentando os níveis de capital do Banco.

Além das operações de crédito, o Daycoval apresentou evolução relevante em suas áreas de serviços financeiros, reforçando a diversificação de receitas e o posicionamento como provedor de soluções para clientes corporativos, institucionais e de varejo.

A Plataforma Digital de Investimentos (Daycoval Investe) manteve forte crescimento em 2025, com ativos sob custódia de R\$ 7,6 bilhões no final de 2025, alta de aproximadamente 15% em relação a 2024 e base de cerca de 424 mil clientes, reforçando a diversificação de *funding* e o relacionamento com o varejo.

A área de *Debt Capital Markets* (DCM) apresentou expansão relevante, com R\$ 9,0 bilhões em emissões no 4T25, o melhor trimestre da série histórica, e R\$ 25,3 bilhões no acumulado de 2025, consolidando-se como importante vetor de crescimento das receitas de serviços.

Os serviços fiduciários registraram desempenho consistente ao longo do ano, com crescimento do volume administrado e manutenção da posição de destaque do Banco Daycoval entre os principais prestadores de serviço do mercado brasileiro.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval, que tem sede em São Paulo - SP, cujo Conglomerado Financeiro conta com uma equipe de 4.235 profissionais, atingiu R\$ 74.864,2 milhões de Carteira de Crédito Ampliada, R\$ 100.569,8 milhões de ativos totais, R\$ 7.075,3 milhões de Patrimônio Líquido e R\$ 1.796,6 milhões de Lucro Líquido. Tais resultados refletem o fruto de estratégia conservadora, obtendo destaque por baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 13,3%.

Principais Indicadores



Rating

A classificação obtida pelo Daycoval nos *ratings* comprova a solidez e o baixo nível de risco conquistado em suas operações. As informações apuradas pelas agências são amplamente reconhecidas pelo mercado financeiro, embora não devam ser interpretadas como uma recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* refletem a avaliação das agências sobre o Daycoval:

i) Ba1 em escala global pela Moody's com perspectiva "estável";

ii) BB pela Fitch Ratings com perspectiva "estável";

iii) BB- pela Standard&Poor's com perspectiva "estável" e;

iv) pela RISKBank – BRLP3 – Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos).

Essas avaliações reforçam o compromisso com a transparência e a excelência nas operações financeiras.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada aos princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e às melhores práticas de mercado. Busca constantemente aprimorar o modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, Comitês, Políticas e Processos, garantindo uma base sólida para condução dos negócios. Isso reforça a confiança e a satisfação dos *Stakeholders* e o compromisso em atuar de forma responsável e sustentável no mercado financeiro.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor à instituição, aos acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. O Banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas de mercado, garantindo o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, reputacional, tecnologia da informação, socioambiental e gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações.

O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para gerenciar e mitigar os riscos de forma consistente com sua estratégia e modelo de negócios. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos seus objetivos estratégicos, por meio de sua Declaração de Appetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda, com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e governança eficiente, bem como assessorar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de risco e de capital.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental e Climático, Risco de Mercado e de Liquidez, Risco de Crédito, Reputacional e Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://ri.daycoval.com.br/>.

Pessoas

Refletindo uma trajetória de crescimento e oportunidades, encerramos o ano de 2025 com 4.235 profissionais, resultado de um trabalho contínuo de melhoria e desenvolvimento, valorizando cada vez mais a diversidade e a inclusão, promovendo ambientes seguros, saudáveis e de confiança.

Com a Sustentabilidade como um dos principais valores do Daycoval, o incentivo à capacitação é uma trilha constante, que oferece programas robustos de aprendizado e treinamento. Os colaboradores contam com o Daycoeduca, programa de bolsas de estudo para graduação, pós-graduação ou MBA; o Pilulas do Conhecimento, que promove palestras educativas sobre temas como *lifelong learning*, inteligência artificial, educação financeira, entre outros; e a Academia Daycoval, para treinamentos e atualizações dos processos internos.

O Daycoval é ainda um grande apoiador de projetos culturais, da leitura e do esporte. Dentre os destaques, está o projeto Musicantes, programa que oferece aulas de música e teatro e já envolveu mais de 800 colaboradores em apresentações e orquestras. Com o objetivo de estimular a cultura de bem-estar e qualidade de vida, o engajamento de colaboradores tem aumentado a cada ano em projetos como Clube de Leitura, com 105 integrantes; a Liga Daycoval de Futebol; e patrocínio a corridas de rua ao longo do ano, este último atingindo a marca de mais de 4 mil participações.

Outra perspectiva interessante é quando olhamos para a distribuição das diferentes gerações: 24% de geração X, 53% de Y, 21% de Z e aproximadamente 2% de *Baby-Boomers*.

O Daycoval é profundamente comprometido com a promoção de ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. A política de recrutamento, seleção e remuneração adotada é focada na equidade, no respeito e valorização das diferenças individuais. Não fazemos qualquer distinção ou restrição ao ingresso de pessoas de diversas origens, incluindo, mas não se limitando a: nacionalidade, etnia, gênero, religião, estado civil, opiniões políticas ou filosóficas, ou filiação sindical. No âmbito dos dados requeridos pela Lei 15.177/2025 destacamos abaixo as informações relativas ao Banco Daycoval S.A.:

Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos:

Nível	Quantidade	Proporção
Administradores	4	14,29%
Superintendentes	10	18,18%
Gerentes	283	34,94%
Supervisores / Coordenadores	92	45,32%
Especialistas / Consultores	35	36,46%
Analistas	750	47,44%
Assistentes / Atendentes	158	75,96%
Estagiários / Jovem Aprendizizes	55	56,70%

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025, referentes às remunerações praticadas em 2025 (primeiro período-base de reporte), ainda não estão disponíveis e, assim que disponíveis, constarão no link: <https://www.daycoval.com.br/institucional/sustentabilidade/pessoas>.

Sustentabilidade

A atuação do Daycoval tem sido marcada por um processo contínuo de fortalecimento institucional, sustentado pela expansão de soluções, pelos investimentos em tecnologia e no desenvolvimento de pessoas, em uma atuação alinhada às dinâmicas de transformação do mercado.

Em um movimento apoiado por uma estrutura tecnológica cada vez mais integrada, o Banco tem avançado na incorporação de soluções às suas rotinas, com foco na disponibilização de ferramentas, no suporte às áreas e no apoio ao desenvolvimento de projetos, promovendo ganhos de eficiência operacional, fortalecimento da segurança da informação e maior consistência nos processos de tomada de decisão, especialmente no contexto da concessão de crédito.

Nesse mesmo contexto, a agenda ESG ocupa um lugar central na estratégia adotada pelo Daycoval, orientando prioridades e modelos de atuação. Esse compromisso se traduz em iniciativas alinhadas a princípios econômicos, sociais, ambientais, climáticos e de governança, bem como em parcerias com organismos internacionais de fomento. Entre elas, destacam-se a Parapro, braço de financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, voltada ao financiamento de projetos sustentáveis de pequenas e médias empresas (PMEs), e o IFC (*International Finance Corporation*), com duas frentes complementares: uma linha de crédito direcionada a empresas lideradas por mulheres em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e um financiamento sindicalizado inicialmente estruturado em US\$ 460 milhões, ampliado para US\$ 631 milhões com a contratação de um novo lote de US\$ 171 milhões em abril de 2025, voltado à expansão do crédito para micro, pequenas e médias empresas, com foco no empreendedorismo feminino e no desenvolvimento da região da Amazônia Legal.

Responsabilidade Social

Com uma trajetória de 57 anos, a instituição consolida uma presença contínua no apoio a projetos e ações de responsabilidade social, por meio de uma atuação permanente e orientada por critérios de seleção rigorosa de projetos de acordo com os valores da companhia. Nesse contexto, o Banco consolidou um modelo de investimento social que promove o desenvolvimento intelectual e socioambiental, a melhoria da saúde, da qualidade de vida, da disseminação e aplicação dos direitos humanos e a educação. Essa atuação se concretiza por meio de doações diretas e de incentivos fiscais previstos em lei. Somados, esses projetos receberam, em 2025, R\$ 74 milhões, distribuídos em 62 instituições e 75 projetos, um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Dentre as instituições destacam-se Hospital Pequeno Príncipe, Hospital do Amor, Instituto Verdescola e Doutores da Alegria, viabilizando um total de 723 mil pessoas assistidas.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A política de atuação, extensiva às as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos auditores independentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira, o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço <https://ri.daycoval.com.br/>.

BancoDaycoval

D



Balanco patrimonial individual e consolidado levantado em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	Referência nota explicativa	2025			Referência nota explicativa	2025	
		Banco	Consolidado			Banco	Consolidado
Disponibilidades	4	1.486.998	1.492.221	Instrumentos financeiros		88.308.777	86.819.392
Reservas no Banco Central do Brasil	5	2.102.536	2.102.536	Depósitos	16.b	30.231.906	29.392.915
Relações interfinanceiras		619.951	619.951	Operações compromissadas	16.a	8.341.209	8.341.209
Instrumentos financeiros		89.043.537	91.648.297	Emissões de títulos	16.b	33.348.989	32.719.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	9.178.176	6.078.533	No Brasil		30.901.318	30.271.468
Títulos e valores mobiliários	7	20.692.495	22.260.483	No Exterior		2.447.671	2.447.671
Derivativos	8.a	460.407	460.470	Obrigações por empréstimos	16.b	10.223.185	10.223.185
Carteira de crédito	9			Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.b	759.386	759.386
Operações de crédito		35.508.171	35.942.411	Dívidas subordinadas	16.b	2.767.258	2.767.258
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	3.691.585	Derivativos	8.a	2.633.407	2.608.079
Arrendamento mercantil operacional	-	-	83.668	Passivo de arrendamento		3.437	8.221
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional	-	-	(82.916)	Relações interfinanceiras e interdependências		81.633	81.633
Outros créditos com características de concessão de crédito		23.204.288	23.214.063	Provisões para riscos	18	1.620.265	1.638.259
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.h	(2.122.567)	(2.201.173)	Fiscais		1.275.447	1.281.927
Ativos fiscais correntes e diferidos	19.b	2.471.517	2.722.954	Cíveis		291.695	292.659
Devedores por depósitos em garantias de contingências	18.c	1.094.657	1.288.915	Trabalhistas		53.123	63.673
Fiscais		1.014.358	1.018.604	Provisões técnicas de seguros e resseguros	20	-	917.120
Cíveis		58.845	243.336	Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	9.h	12.633	13.069
Trabalhistas		21.454	26.883	Obrigações fiscais correntes e diferidas	19.b	1.106.349	1.834.897
Outros		-	92	Outras obrigações		1.447.668	2.178.668
Outros créditos		1.324.297	2.162.784	Sociais e estatutárias	17.a	281.813	285.256
Rendas a receber		271.106	121.858	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		22.082	23.809
Negociação e intermediação de valores		83	50.902	Negociação e intermediação de valores		6.869	57.689
Prêmios a receber	10.a	-	436.878	Débitos de operações com seguros e resseguros		-	557.530
Diversos	11	1.053.108	1.553.146	Diversas	17.b	1.136.904	1.254.384
Outros valores e bens		235.817	407.351	Patrimônio líquido	21	7.075.348	7.086.807
Ativos não financeiros mantidos para venda	12.a	126.475	128.898	Patrimônio líquido de acionistas controladores		7.075.348	7.075.348
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		-	(18.838)	Capital social		6.907.260	6.907.260
Despesas pagas antecipadamente	12.b	-	297.291	Reservas de capital		2.125	2.125
Investimentos		3.193.947	8.014	Reservas de lucros	21.e	165.963	165.963
Participações em controladas e coligadas	14	3.193.311	7.133	Participação minoritária em controlada		-	11.459
Outros investimentos		636	881	Participação de acionistas não controladores		-	11.459
Imobilizado de uso	15.a	201.541	212.647	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.652.673	100.569.845
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.b	-	69.974				
Intangível		442	35.374				
TOTAL DO ATIVO		99.652.673	100.569.845				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
RECEITAS	6.662.427	11.914.105	7.049.195	12.677.583
Receitas da intermediação financeira	7.100.236	12.597.737	7.408.711	13.201.266
Receitas de prestação de serviços	364.151	666.456	390.068	711.874
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(843.697)	(1.350.486)	(859.480)	(1.359.424)
Outras	41.737	398	109.896	123.867
DESPESAS	(4.521.630)	(7.544.850)	(4.406.217)	(7.394.612)
Despesas da intermediação financeira	(4.521.630)	(7.544.850)	(4.406.217)	(7.394.612)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(507.637)	(956.015)	(500.615)	(957.736)
Materiais, energia e outros insumos	(131.983)	(239.305)	(139.128)	(258.897)
Serviços de terceiros	(375.654)	(716.710)	(361.487)	(698.839)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.633.160	3.413.240	2.142.363	4.325.235
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(14.661)	(28.597)	(18.517)	(36.253)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	1.618.499	3.384.643	2.123.846	4.288.982
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	248.438	391.364	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	248.438	391.364	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.866.937	3.776.007	2.123.846	4.288.982
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO PESSOAL	1.866.937	3.776.007	2.123.846	4.288.982
Remuneração direta	557.055	1.052.348	641.330	1.221.641
Benefícios	460.424	869.437	521.658	993.846
FGTS	77.745	149.287	96.645	185.412
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	18.886	33.624	23.027	42.383
Federais	365.807	897.583	537.075	1.237.998
Estaduais	343.481	846.623	494.620	1.148.081
Municipais	1.715	5.266	1.745	5.414
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	20.611	45.694	40.710	84.503
Aluguéis	15.215	29.495	16.581	32.284
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	15.215	29.495	16.581	32.284
Dividendos	928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Juros sobre o capital próprio	1.002.057	1.002.057	1.002.057	1.002.057
Lucros retidos	317.949	609.491	317.949	609.491
Participação minoritária em controlada	(391.146)	185.033	(391.146)	185.033
	-	-	447	478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação minoritária em controlada	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Estatutárias				
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		3.557.260	2.125	367.933	3.189.490	550.097	7.666.905	11.058	7.677.963
Aumento de capital	21.b.	3.350.000	-	(360.922)	(2.989.078)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	21.d.iii	-	-	-	(200.411)	-	-	-	(200.411)
Lucro líquido		-	-	-	-	928.860	928.860	-	928.860
Destinações:									
Reserva legal		-	-	46.443	-	(46.443)	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	112.508	(112.508)	-	-	-
Dividendos	21.d.iv	-	-	-	-	(1.002.057)	(1.002.057)	-	(1.002.057)
Juros sobre o capital próprio	21.d.ii	-	-	-	-	(317.949)	(317.949)	-	(317.949)
Variação na participação minoritária em controlada		-	-	-	-	-	-	401	401
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		6.907.260	2.125	53.454	112.509	-	7.075.348	11.459	7.086.807
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		3.557.260	2.125	324.547	3.189.490	-	7.073.422	25.290	7.098.712
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	-	17.304	17.304	-	17.304
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025		3.557.260	2.125	324.547	3.189.490	17.304	7.090.726	25.290	7.116.016
Aumento de capital	21.b.	3.350.000	-	(360.922)	(2.989.078)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	21.d.iii	-	-	-	(200.411)	-	-	-	(200.411)
Lucro líquido		-	-	-	-	1.796.581	1.796.581	-	1.796.581
Destinações:									
Reserva legal		-	-	89.829	-	(89.829)	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	112.508	(112.508)	-	-	-
Dividendos	21.d.iv	-	-	-	-	(1.002.057)	(1.002.057)	-	(1.002.057)
Juros sobre o capital próprio	21.d.ii	-	-	-	-	(609.491)	(609.491)	-	(609.491)
Variação na participação minoritária em controlada		-	-	-	-	-	-	(13.831)	(13.831)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		6.907.260	2.125	53.454	112.509	-	7.075.348	11.459	7.086.807

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		7.100.236	12.597.737	7.408.711	13.201.266
Carteira de crédito	22.a	5.462.347	9.824.337	5.873.266	10.609.240
Resultado com títulos e valores mobiliários	22.b	1.305.010	2.432.801	1.410.068	2.613.093
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	22.c	332.879	340.599	125.377	(21.067)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(4.521.630)	(7.544.850)	(4.406.217)	(7.394.612)
Depósitos interfinanceiros e a prazo	22.d	(1.602.559)	(2.829.817)	(1.563.408)	(2.780.878)
Emissões de títulos no Brasil	22.d	(2.338.377)	(4.218.920)	(2.292.656)	(4.136.168)
Emissões de títulos no exterior	22.d	32.348	375.815	32.348	375.815
Obrigações por empréstimos e repasses	22.e	(568.239)	61.950	(568.239)	61.950
Instrumentos financeiros derivativos	22.b	(44.803)	(933.878)	(14.262)	(915.331)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		2.578.606	5.052.887	3.002.494	5.806.654
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9.h	(843.697)	(1.350.486)	(859.480)	(1.359.424)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.734.909	3.702.401	2.143.014	4.447.230
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		(526.980)	(1.198.439)	(857.977)	(1.776.155)
Receitas de prestação de serviços	22.f	364.151	666.456	390.068	711.874
Resultado de operações com seguros		-	-	26.298	45.110
Despesas de pessoal	22.g	(475.043)	(906.185)	(572.388)	(1.100.607)
Outras despesas administrativas	22.h	(523.099)	(985.875)	(517.643)	(990.779)
Despesas tributárias	19.a.ii	(188.438)	(373.538)	(236.846)	(462.814)
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	248.438	391.364	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	22.i	97.166	141.872	106.780	143.645
Despesas de depreciação e amortização		(14.661)	(28.597)	(18.517)	(36.253)
Despesas com provisões para riscos					
Fiscais		13.546	(28.301)	13.153	(12.833)
Cíveis		(51.545)	(72.366)	(51.356)	(72.175)
Trabalhistas		2.505	(3.269)	2.474	(1.323)
RESULTADO OPERACIONAL		1.207.929	2.503.962	1.285.037	2.671.075
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(19.690)	(37.172)	13.318	21.892
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.188.239	2.466.790	1.298.355	2.692.967
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a.i	(104.100)	(384.566)	(212.914)	(608.460)
Provisão para imposto de renda		(79.415)	(345.581)	(136.921)	(424.080)
Provisão para contribuição social		(106.548)	(330.660)	(146.009)	(380.940)
Ativo (passivo) fiscal diferido		81.863	291.675	70.016	196.560
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(155.279)	(285.643)	(156.134)	(287.448)
Participação minoritária em controlada		-	-	(447)	(478)
LUCRO LÍQUIDO		928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Atribuídos aos acionistas controladores		928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Atribuídos aos acionistas minoritários		-	-	447	478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
LUCRO LÍQUIDO	928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Controlador	928.860	1.796.581	928.860	1.796.581
Acionistas minoritários	-	-	447	478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025		2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS					Aumento (Redução) em relações interfinanceiras e interdependências	(84.807)	(331.883)	(248.073)	(495.150)
LUCRO LÍQUIDO	928.860	1.796.581	928.860	1.796.581	Aumento (Redução) em operações compromissadas	(118.637)	(176.790)	(118.637)	(176.790)
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO					Aumento (Redução) em emissões de títulos	2.198.432	3.450.919	2.154.136	3.369.591
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS					Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.814.283	2.424.387	1.814.579	2.429.172
Depreciações e amortizações	14.661	28.597	18.517	36.253	Aumento (Redução) em outras obrigações	502.700	(5.287.888)	622.273	(3.915.156)
Impostos diferidos	(81.863)	(291.675)	(70.016)	(196.560)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(232.986)	(665.658)	(266.495)	(727.246)
Impostos correntes	185.963	676.241	282.930	805.020					
Provisão para riscos	35.494	103.936	35.729	86.331	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE	462.029	(1.779.269)	354.716	(2.028.978)
Provisão para avais e fianças concedidos	7.995	2.564	7.995	2.564	(APLICADO EM) DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	835.702	1.347.922	851.485	1.356.860	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Provisão para perdas em outros valores e bens	6.017	9.764	6.017	9.764	Aquisição de imobilizado de uso	(7.897)	(15.001)	(8.826)	(18.862)
Resultado não operacional	19.690	37.172	(13.317)	(21.892)	Aquisição de controlada - líquido do caixa e equivalente de caixa	-	-	-	(91.065)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	53.950	153.732	53.950	153.732	Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos de controladas	37.772	37.772	-	-
Resultado de participações em controladas e coligadas	(248.438)	(391.364)	-	-	Aumento de capital em entidade controlada	(245.500)	(495.500)	-	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	829.171	1.676.889	1.173.290	2.232.072	CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE	(215.625)	(472.729)	(8.826)	(109.927)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.758.031	3.473.470	2.102.150	4.028.653	(APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.296.002)	(5.252.739)	(1.747.434)	(6.057.631)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.267.210)	(4.200.386)	(414.525)	(3.211.856)	Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	364.468	1.689.379	364.468	1.689.379
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4.228.872)	2.844.758	(4.651.373)	2.124.787	Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	489.737	767.152	489.737	767.152
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e reservas no Banco Central	(136.425)	(195.787)	(136.425)	(195.787)	Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	1.411.368	1.739.934	1.411.368	1.739.934
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(1.505.780)	(2.338.125)	(1.586.928)	(2.467.632)	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.514.788)	(1.765.393)	(1.514.788)	(1.765.393)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	-	-	(16.960)	(339.937)	CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	750.785	2.431.072	750.785	2.431.072
(Aumento) Redução em outros créditos	(6.112.283)	(3.166.520)	(6.081.338)	(4.021.193)	VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(53.950)	(153.732)	(53.950)	(153.732)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(46.042)	(78.007)	(71.418)	(247.147)	AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	943.239	25.342	1.042.725	138.435
Aumento (Redução) em depósitos	7.921.625	2.468.241	7.253.750	1.816.713	Caixa e equivalente de caixa inicial	1.433.032	2.350.929	1.448.626	2.352.916
					Caixa e equivalente de caixa final	2.376.271	2.376.271	2.491.351	2.491.351
					AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	943.239	25.342	1.042.725	138.435

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguros e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

Em 08 de janeiro de 2025 o Grupo Daycoval concluiu a aquisição da totalidade das ações da BMG Seguros S.A. através de sua controlada Dayprev Vida e Previdência S.A., vide detalhes da aquisição na nota 27.c.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

- a) **Apresentação**
- As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis Intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.
- O Daycoval optou pela isenção, facultada pela Resolução CMN nº 4.966/21, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas com instrumentos financeiros ativos), nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data.
- As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2026.
- O Daycoval adota critérios de apresentação de suas Demonstrações Contábeis com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações, observando os critérios de elaboração e divulgação estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e normativos complementares.
- b) **Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")**
- Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:
- | Pronunciamentos emitidos pelo CPC | Resolução CMN |
|--|---------------|
| CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 4.924/21 |
| CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 4.924/21 |
| CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | 4.818/20 |
| CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | 4.818/20 |
| CPC 06 (R2) - Arrendamentos | 4.975/21 |
| CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | 3.989/11 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 4.924/21 |
| CPC 24 - Evento Subsequente | 4.818/20 |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 3.823/09 |
| CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | 4.877/20 |
| CPC 41 - Resultado por Ação | 4.818/20 |
| CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | 4.924/21 |
| CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | 4.924/21 |
- Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.
- c) **Consolidação**
- No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas controladores e minoritários.
- As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	31/12/2025
Arrendamento Mercantil	% de Participação
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00
Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM")	99,99
Atividade Financeira - Dependência no Exterior	
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar	
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00
Daycoval Seguros S.A.	97,00
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Daycoval CTVM")	100,00
Não Financeiras	
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99
Fundo de Investimento	
Daycoval Tesouraria Fundo de Investimento Financeiro em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado de Responsabilidade Limitada	100,00
Daycoval Real Estate Crédito Imobiliário I Fundo de Investimento Imobiliário de Responsabilidade Limitada	100,00
DAY MAXX 4 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada	100,00
d) Normas emitidas com vigência no período corrente:	
i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores	
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.	

Principais impactos

Reclassificações de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, houve reclassificações de Instrumentos Financeiros entre categorias, cujo efeito no patrimônio líquido foi um aumento de R\$748, líquido dos efeitos tributários. Os Instrumentos Financeiros reclassificados foram Certificados de Produto Rural e Notas Comerciais que em 31 de dezembro de 2024 somavam o montante de R\$3.956.073, estavam classificadas na categoria Livre Negociação e mensurados a valor justo. A partir de 01 de janeiro de 2025, considerando as definições estabelecidas pela nova resolução, a administração do Daycoval entende que a melhor classificação para os referidos instrumentos financeiros é na rubrica Outros créditos com característica de crédito sendo mensurados ao custo amortizado.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, houve uma reversão de provisão no montante aproximado de R\$32.408, sendo que o efeito em lucros acumulados foi de R\$16.556, líquido dos efeitos tributários.

Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada

Reestruturação:

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. O Daycoval optou pela faculdade normativa e apresenta as operações reestruturadas de acordo com as condições repactuadas.

Hedge Accounting

Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do hedge e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos.

A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de hedge accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa; e
- Hedge de investimento líquido no exterior.

ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não foram identificados impactos relevantes na adoção inicial da referida resolução.

e) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

i. Resolução CMN nº 5.185/24

A Resolução CMN nº 5.185/24 determina, a partir do exercício de 2026, a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

- I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, e
- II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:**
- i. **Moeda funcional e de apresentação**
- As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será Reais (R\$).
- ii. **Conversão das transações em moeda estrangeira**
- Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários e itens não monetários avaliados a valor justo. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.
- iii. **Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior**
- A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de participação em controladas e coligadas".
- b) **Apuração do resultado**
- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
- c) **Caixa e equivalentes de caixa**
- Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerando insignificante.
- A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.
- d) **Instrumentos financeiros**
- Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Daycoval se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.
- i. **Classificação de ativos financeiros**
- Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:
- Custo amortizado;
 - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e
 - Valor justo por meio do resultado.
- Modelo de negócio:** A classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Administração para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos.
- Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de:
- Obter fluxos de caixa contratuais;
 - Obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou
 - Venda.
- Para que um ativo financeiro seja caracterizado como aquele que gera somente pagamento de principal e juros contratuais, seus fluxos de caixa devem incluir apenas a remuneração do dinheiro no tempo e o risco de crédito de contraparte. Caso as condições contratuais conduzam o ativo financeiro a uma exposição a riscos diversos ou imprevisibilidade na determinação dos fluxos de caixa, tais como alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado. Os contratos com características híbridas devem ser avaliados como um todo, ou seja, todas as características contratuais devem ser consideradas e, se estes contratos possuírem instrumento financeiro derivativo embutido, sua contabilização é efetuada considerando a mensuração ao valor justo por meio do resultado de todo o instrumento financeiro.
- ii. **Alteração dos modelos de negócio**
- A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil.

daycoval.com.br

RESULTADOS

2025

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

<p>iii. Mensuração de ativos financeiros</p> <p>Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.</p> <p>Custo amortizado</p> <p>É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada.</p> <p>Taxa efetiva de juros</p> <p>Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.</p> <p>Conforme disposições normativas o Daycoval optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas pro rata temporis, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.</p> <p>A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.</p> <p>Valor justo</p> <p>A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.</p> <p>O detalhamento e a hierarquia de valor justo, dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão detalhados na Nota 24.a.</p> <p>iv. Carteira de Crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</p> <p>A carteira de crédito expandida engloba as operações de crédito, de arrendamento, outras operações com característica de crédito, títulos privados, além de avais, fianças, acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis às operações.</p> <p>O Daycoval avalia as perdas esperadas com base em análises prospectivas de cenários macroeconômicos que são reavaliados com periodicidade mínima anual ou quando condições de mercado exijam novas avaliações, o Daycoval avalia a perda de crédito esperada associada aos seguintes ativos financeiros e suas respectivas categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) créditos a liberar, representados por limites não utilizados pelos tomadores de crédito, incluindo limites de cartões de crédito; e (iii) contratos de garantias financeiras prestadas (avais e fianças).</p> <p>Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">Ativos financeiros: mensurada com base no valor contábil dos ativos financeiros;Créditos a liberar - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição ao risco de crédito decorrente da utilização de tais limites pelos clientes, eGarantias financeiras prestadas (avais e fianças) - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição a risco de crédito, caso o Daycoval seja chamado a honrar compromissos de crédito dos clientes para os quais foram concedidas tais garantias. <p>Dependendo do estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses ou para toda a vida útil do contrato (<i>Lifetime</i>).</p> <p>A seguir, as características de cada estágio:</p> <ul style="list-style-type: none">Estágio 1: contém todos os ativos financeiros que não sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial;Estágio 2: contém todos os ativos financeiros que sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial; eEstágio 3: contém todos os ativos financeiros que são classificados como não performados, ou em <i>default</i>. <p>Para contratos de TVM classificados como Valor Justo no Resultado (VJR) e que estão em dia, a mensuração a valor justo já incorpora o risco de crédito, portanto a variação no valor justo desses ativos reflete as flutuações de mercado e o risco de crédito, conforme a regulamentação vigente.</p> <p>Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas.</p> <p>O detalhamento da carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, está apresentado na Nota 9.</p> <p>v. Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito</p> <p>Um ativo financeiro é baixado contra a provisão para perdas esperadas após todos os procedimentos necessários serem realizados e não termos mais expectativa de recuperação.</p> <p>vi. Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros</p> <p>Considera-se renegociação o acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. O Daycoval reavalia este instrumento para que represente o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.</p> <p>Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A operação objeto de reestruturação deve ser inicialmente classificada no Estágio 3. Conforme facultado pela Resolução CMN nº 4.966, até 31 de dezembro de 2026, o Daycoval utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.</p> <p>vii. Passivos financeiros</p> <p>Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado.</p> <p>viii. Baixa de ativos financeiros</p> <p>Um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes é baixado quando:</p> <ul style="list-style-type: none">O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ouO Daycoval transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, a um terceiro por força de um contrato em que: <p>(i) O Daycoval transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou</p> <p>(ii) O Daycoval não transferiu ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.</p> <p>Quando o Daycoval transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, este ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Daycoval. Nesse caso, o Daycoval também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados para refletir os direitos e obrigações retidos pelo Daycoval.</p> <p>O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contabilizado do ativo e o valor máximo de compensação que o Daycoval possa ser requeridos a pagar.</p> <p>ix. Baixa de passivos financeiros</p> <p>Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.</p> <p>x. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)</p> <p>Os derivativos são classificados na categoria mensurados ao valor justo em resultado e são mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em "Resultado com Instrumentos financeiros derivativos".</p> <p>Adicionalmente, o Daycoval possui posições tomadas com o propósito de "hedge accounting", principalmente, das emissões no exterior e demais captações em moeda estrangeira.</p> <p>O detalhamento da carteira de instrumentos financeiros derivativos está apresentado na Nota 8.</p> <p>e) Participações em controladas</p> <p>As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.</p> <p>A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.</p> <p>f) Imobilizado de uso</p> <p>É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), quando aplicável.</p> <p>A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.</p> <p>g) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional</p> <p>Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.</p> <p>A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.</p> <p>h) Arrendamento mercantil</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval passou a observar a Resolução CMN nº 4.975 que aprovou o CPC 06 - Arrendamentos. Conforme facultada pela referida resolução a norma foi aplicada para os novos contratos de arrendamento que o Banco figure na posição de arrendatário.</p> <p>O Daycoval é arrendatário de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais, sendo reconhecidos na rubrica de passivo de arrendamento na data de assinatura do contrato de arrendamento e corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.</p> <p>i) Ativos não financeiros mantidos para venda</p> <p>Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:</p> <ul style="list-style-type: none">Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano. Os bens próprios são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada; ouRecebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. Os bens recebidos são mensurados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. <p>Os ativos não financeiros mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.a.</p>	<p>j) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (<i>impairment</i>)</p> <p>É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por <i>impairment</i>, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.</p> <p>Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.</p> <p>k) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)</p> <p>O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:</p> <p>i. Provisões</p> <p>São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.</p> <p>ii. Ativos contingentes</p> <p>É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.</p> <p>iii. Passivos contingentes</p> <p>Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos nem divulgados.</p> <p>iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)</p> <p>Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.</p> <p>A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.</p> <p>l) Tributos</p> <p>Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota de imposto de renda e contribuição social.</p> <p>Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 são atendidos.</p> <p>Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.</p> <p>O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão apresentados na Nota 19.</p> <p>A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.e.</p> <p>m) Operações de Seguros</p> <p>Classificação dos contratos de seguro:</p> <p>Um contrato em que o Daycoval aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.</p> <p>Provisões técnicas:</p> <p>As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 479/2024 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais – NTA, conforme descritos a seguir:</p> <p>A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". As parcelas referentes aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triângulo de <i>Run-off</i>. As provisões de sinistros a liquidar (PSL) administrativa e judicial são constituídas com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuadas por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, brutas dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia própria que visa estimar valor suficiente e justo para fazer frente aos sinistros já ocorridos e que, por algum motivo, ainda não tenham sido comunicados ao Daycoval.</p> <p>Mensuração dos contratos de seguros:</p> <p>A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência dos riscos para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculadas conforme nota técnica atuarial. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores.</p> <p>Exposições ao crédito de resseguro:</p> <p>O Daycoval está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais e adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, o impacto das operações é avaliado regularmente. O Daycoval utiliza estratégia de diversificação de riscos no programa de resseguro com resseguradores que tenham <i>rating</i> de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos seja minimizado.</p> <p>n) Lucro por ação</p> <p>O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.</p> <p>O lucro por ação está apresentado na Nota 21.f.</p> <p>o) Remuneração do capital próprio</p> <p>A Resolução CMN nº 4.872/20, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.</p> <p>Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".</p> <p>A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 21.d.</p> <p>p) Uso de estimativas contábeis</p> <p>A preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Daycoval exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:</p> <p>i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;</p> <p>ii. Amortizações de ativos diferidos;</p> <p>iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;</p> <p>iv. Avaliação de instrumentos financeiros;</p> <p>v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e</p> <p>vi. Provisões técnicas de seguros.</p> <p>Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.</p> <p>q) Resultado não recorrente</p> <p>São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:</p> <p>i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;</p> <p>ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e</p> <p>iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.</p> <p>A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 22.j.</p> <p>r) Combinação de negócios</p> <p>As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição.</p> <p>O registro contábil da aquisição é segregada em:</p> <p>i. valor contábil do patrimônio líquido; II – diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III – ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV – ágio por expectativa de rentabilidade futura.</p> <p>ii. diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver;</p> <p>iii. ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e</p> <p>iv. ágio por expectativa de rentabilidade futura.</p> <p>O ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) representa os benefícios econômicos futuros resultantes de ativos que não são individualmente identificados nem reconhecidos separadamente, adquiridos em uma transação de aquisição de participação em coligada, controlada ou controlada em conjunto, sendo amortizado, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com o prazo definido no estudo técnico para realização dos benefícios econômicos futuros e pode ser baixado por alienação ou perda do investimento.</p> <p>O detalhamento da operação de combinação de negócios está disposta na nota 27.c.</p>
---	--



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025	
		Banco	Consolidado
		1.486.998	1.492.221
	Disponibilidades		
	Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	889.273	999.130
	Total	2.376.271	2.491.351

⁽¹⁾ As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de “Caixa e equivalentes de caixa”, possuem vencimento em até 90 dias e não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (Nota 6), para o Banco e Consolidado.

5	RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BANCO E CONSOLIDADO)	2025	
		Banco	Consolidado
		162.373	
	Reservas em conta de pagamento instantâneo		
	Reservas compulsórias em espécie sobre depósitos à vista	194.121	
	Recolhimentos obrigatórios		
	Compulsório sobre depósitos a prazo	1.727.972	
	Outros recolhimentos obrigatórios	18.070	
	Total	2.102.536	

6	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Banco				
		2025				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
	Aplicações em operações compromissadas					
	Avaliadas pelo seu custo amortizado					
	Posição bancada	889.273	-	127.224	91.543	1.108.040
	Letras financeiras do tesouro - LFT	7.927	-	-	-	7.927
	Notas do tesouro nacional - NTN	855.047	-	-	-	855.047
	Letras do tesouro nacional - LTN	25.581	-	-	-	25.581
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	718	-	-	-	718
	Outros ⁽¹⁾	-	-	127.224	91.543	218.767
	Posição financiada	2.395.501	-	-	-	2.395.501
	Letras financeiras do tesouro - LFT	812.058	-	-	-	812.058
	Notas do tesouro nacional - NTN	924.657	-	-	-	924.657
	Letras do tesouro nacional - LTN	524.418	-	-	-	524.418
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	134.368	-	-	-	134.368
	Posição vendida	12.389	-	-	-	12.389
	Notas do tesouro nacional - NTN	12.389	-	-	-	12.389
	Depósitos interfinanceiros	1.556	4.368.512	292.860	999.318	5.662.246
	Total	3.298.719	4.368.512	420.084	1.090.861	9.178.176

		Consolidado				
		2025				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
	Aplicações em operações compromissadas					
	Avaliadas pelo seu custo amortizado					
	Posição bancada	999.130	-	127.224	91.543	1.217.897
	Letras financeiras do tesouro - LFT	9.662	-	-	-	9.662
	Notas do tesouro nacional - NTN	963.169	-	-	-	963.169
	Letras do tesouro nacional - LTN	25.581	-	-	-	25.581
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	718	-	-	-	718
	Outros ⁽¹⁾	-	-	127.224	91.543	218.767
	Posição financiada	2.395.501	-	-	-	2.395.501
	Letras financeiras do tesouro - LFT	812.058	-	-	-	812.058
	Notas do tesouro nacional - NTN	924.657	-	-	-	924.657
	Letras do tesouro nacional - LTN	524.418	-	-	-	524.418
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	134.368	-	-	-	134.368
	Posição vendida	12.389	-	-	-	12.389
	Notas do tesouro nacional - NTN	12.389	-	-	-	12.389
	Depósitos interfinanceiros	-	1.160.568	292.860	999.318	2.452.746
	Total	3.407.020	1.160.568	420.084	1.090.861	6.078.533

⁽¹⁾ Refere-se às operações compromissadas realizadas pela Daycoval S.A. - Cayman Branch.

7	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	a) Composição por categoria e tipo de instrumento	Banco			
			2025			
			Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado ⁽¹⁾	Valor contábil	
	Avaliados pelo seu custo amortizado		3.315.178	-	3.315.178	
	Carteira própria		2.353.942	-	2.353.942	
	Debêntures		68.429	-	68.429	
	Títulos públicos de outros países ⁽⁴⁾		2.279.378	-	2.279.378	
	Títulos Privados no Exterior		6.135	-	6.135	
	Vinculados à prestação de garantias		961.236	-	961.236	
	Notas do tesouro nacional - NTN		961.236	-	961.236	
	Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado		17.362.734	14.583	17.377.317	
	Carteira própria		8.577.490	(241)	8.577.249	
	Letras financeiras do tesouro - LFT		2.443.533	2.037	2.445.570	
	Notas do tesouro nacional - NTN		3.759.028	54.596	3.813.624	
	Cotas de fundo de investimento		1.681.736	(27.591)	1.654.145	
	Títulos públicos de outros países		508.261	-	508.261	
	Debêntures ⁽³⁾		130.727	(36.591)	94.136	
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽²⁾		20.394	(290)	20.104	
	Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽²⁾		16.652	(142)	16.510	
	Letras de crédito de desenvolvimento - LCD		14.111	(58)	14.053	
	Ações		1.244	7.765	9.009	
	Letras de crédito do agronegócio - LCA		800	(8)	792	
	Certificados de depósitos a prazo - CDB		534	13	547	
	Letras de crédito imobiliário - LCI		394	28	422	
	Letras financeiras - LF		65	-	65	
	Letras de câmbio - LC		11	-	11	
	Vinculados a compromisso de recompra		5.474.565	9.506	5.484.071	
	Letras financeiras do tesouro - LFT		4.694.530	6.968	4.701.498	
	Notas do tesouro nacional - NTN		206.447	2.449	208.896	
	Debêntures ⁽³⁾		431.863	1.550	433.413	
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽²⁾		86.164	(720)	85.444	
	Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽²⁾		55.561	(741)	54.820	
	Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾		3.310.679	5.318	3.315.997	
	Letras financeiras do tesouro - LFT		3.308.395	4.608	3.313.003	
	Debêntures ⁽³⁾		2.284	710	2.994	
	Total		20.677.912	14.583	20.692.495	

		Consolidado		
		2025		
		Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado ⁽¹⁾	Valor contábil
	Avaliados pelo seu custo amortizado	3.315.178	-	3.315.178
	Carteira própria	2.353.942	-	2.353.942
	Debêntures	68.429	-	68.429
	Títulos públicos de outros países ⁽⁴⁾	2.279.378	-	2.279.378
	Títulos Privados no Exterior	6.135	-	6.135
	Vinculados à prestação de garantias	961.236	-	961.236
	Notas do tesouro nacional - NTN	961.236	-	961.236
	Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado	18.890.853	54.452	18.945.305
	Carteira própria	10.105.609	39.628	10.145.237
	Letras financeiras do tesouro - LFT	3.714.981	35.532	3.750.513
	Notas do tesouro nacional - NTN	3.759.028	54.596	3.813.624
	Cotas de fundo de investimento	1.749.484	(28.031)	1.721.453
	Títulos públicos de outros países	508.261	-	508.261
	Debêntures ⁽³⁾	220.663	(36.324)	184.339
	Títulos privados no exterior	63.719	6.640	70.359
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽²⁾	53.810	(290)	53.520
	Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽²⁾	18.403	(230)	18.173
	Letras de crédito de desenvolvimento - LCD	14.111	(58)	14.053
	Ações	1.244	7.765	9.009
	Letras de crédito do agronegócio - LCA	800	(8)	792
	Certificados de depósitos a prazo - CDB	616	8	624
	Letras de crédito imobiliário - LCI	413	28	441
	Letras financeiras - LF	65	-	65
	Letras de câmbio - LC	11	-	11
	Vinculados a compromisso de recompra	5.474.565	9.506	5.484.071
	Letras financeiras do tesouro - LFT	4.694.530	6.968	4.701.498
	Notas do tesouro nacional - NTN	206.447	2.449	208.896
	Debêntures ⁽³⁾	431.863	1.550	433.413
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽²⁾	86.164	(720)	85.444
	Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽²⁾	55.561	(741)	54.820
	Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾	3.310.679	5.318	3.315.997
	Letras financeiras do tesouro - LFT	3.308.395	4.608	3.313.003
	Debêntures ⁽³⁾	2.284	710	2.994
	Total	22.206.031	54.452	22.260.483

⁽¹⁾ O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela AN-BIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.

⁽²⁾ Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmaras de Liquidação e Compensação.

⁽³⁾ Debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários estão apresentados líquidos de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de perdas esperadas é de R\$5.840.

⁽⁴⁾ Ativos objeto de hedge de risco de mercado, conforme detalhamento na Nota 8.

b)	Composição por prazo	Banco					
		2025					
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo
	Títulos públicos federais	109.108	14.654.667	233.644	77.666	368.742	15.443.827
	Letras financeiras do tesouro - LFT	109.108	10.350.963	-	-	-	10.460.071
	Notas do tesouro nacional - NTN	-	4.303.704	233.644	77.666	368.742	4.983.756
	Títulos e valores mobiliários no exterior	64.375	1.105.394	1.607.500	16.505	-	2.793.774
	Títulos públicos de outros países	64.375	1.099.259	1.607.500	16.505	-	2.787.639
	Títulos privados no exterior	-	6.135	-	-	-	6.135
	Títulos privados	103	723.208	68.429	-	-	791.740
	Debêntures	-	530.543	68.429	-	-	598.972
	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	105.548	-	-	-	105.548
	Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	27	71.303	-	-	-	71.330
	Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	-	14.053	-	-	-	14.053
	Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	792	-	-	-	792
	Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	547	-	-	-	547
	Letras de crédito imobiliário - LCI	-	422	-	-	-	422
	Letras financeiras - LF	65	-	-	-	-	65
	Letras de câmbio - LC	11	-	-	-	-	11
	Ações	9.009	-	-	-	-	9.009
	Ações	9.009	-	-	-	-	9.009
	Cotas de fundos de investimento	1.654.145	-	-	-	-	1.654.145
	Fundos de investimento em direitos creditórios	1.348.977	-	-	-	-	1.348.977
	Fundos de investimento em renda fixa	201.952	-	-	-	-	201.952
	Fundos de investimento imobiliário	82.897	-	-	-	-	82.897
	Fundos de investimento multimercado	13.297	-	-	-	-	13.297
	Outros fundos de investimento	7.022	-	-	-	-	7.022
	Total	1.836.740	16.483.269	1.909.573	94.171	368.742	20.692.495

Consolidado						
2025						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo
Títulos públicos federais	115.023	15.953.695	233.644	77.666	368.742	16.748.770
Letras financeiras do tesouro - LFT	115.023	11.649.991	-	-	-	11.765.014
Notas do tesouro nacional - NTN	-	4.303.704	233.644	77.666	368.742	4.983.756
Títulos e valores mobiliários no exterior	64.432	1.175.696	1.607.500	16.505	-	2.864.133
Títulos públicos de outros países	64.375	1.099.259	1.607.500	16.505	-	2.787.639
Títulos privados no exterior	57	76.437	-	-	-	76.494
Títulos privados	103	848.586	68.429	-	-	917.118
Debêntures	-	620.746	68.429	-	-	689.175
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	138.964	-	-	-	138.964
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	27	72.966	-	-	-	72.993
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	-	14.053	-	-	-	14.053
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	792	-	-	-	792
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	624	-	-	-	624
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	441	-	-	-	441
Letras financeiras - LF	65	-	-	-	-	65
Letras de câmbio - LC	11	-	-	-	-	11
Ações	9.009	-	-	-	-	9.009
Ações	9.009	-	-	-	-	9.009
Cotas de fundos de investimento	1.721.453	-	-	-	-	1.721.453
Fundos de investimento em direitos creditórios	1.361.329	-	-	-	-	1.361.329
Fundos de investimento em renda fixa	197.146	-	-	-	-	197.146
Fundos de investimento em multimercado	77.936	-	-	-	-	77.936
Fundos de investimento imobiliário	49.027	-	-	-	-	49.027
Fundos de ações	28.993	-	-	-	-	28.993
Outros fundos de investimento	7.022	-	-	-	-	7.022
Total	1.910.020	17.977.977	1.909.573	94.171	368.742	22.260.483

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RESULTADOS

2025

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Movimentação operações entre estágios

Apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros que integram a carteira de operações de crédito ampliada:

Banco	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 1							
Segmento Empresas	41.425.876	(113.492)	(655.522)	24.617	128.844	-	5.991.698
Empréstimos e financiamentos	19.397.575	(113.492)	(634.589)	24.617	127.160	-	21.577.114
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.547.255	-	(354)	-	-	-	15.083.101
Títulos privados	351.641	-	(19.464)	-	-	-	762.224
Garantias financeiras prestadas	8.129.405	-	(1.115)	-	1.684	-	9.379.582
Segmento Varejo	17.235.395	(315.373)	(592.640)	51.010	20.775	-	3.909.400
Empréstimos consignados	13.184.201	(119.881)	(379.899)	18.246	4.166	-	14.136.307
Cartão consignado	1.740.682	(10.056)	(27.136)	1.625	13	-	2.733.072
Financiamento de veículos	2.000.609	(173.473)	(173.530)	27.276	14.153	-	2.968.945
Financiamentos imobiliários	309.903	(11.963)	(12.075)	3.863	2.443	-	470.243
Total	58.661.271	(428.865)	(1.248.162)	75.627	149.619	-	9.901.098

Banco	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 3	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 2							
Segmento Empresas	215.092	(24.617)	(48.513)	113.492	37.028	-	(45.642)
Empréstimos e financiamentos	174.602	(24.617)	(48.513)	113.492	34.492	-	244.900
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	40.490	-	-	-	2.536	-	(41.086)
Segmento Varejo	377.879	(51.010)	(131.209)	315.373	20.038	-	81.920
Empréstimos consignados	175.505	(18.246)	(74.181)	119.881	6.052	-	228.996
Cartão consignado	5.687	(1.625)	(3.151)	10.056	8	-	13.763
Financiamento de veículos	189.205	(27.276)	(51.629)	173.473	13.295	-	51.580
Financiamentos imobiliários	7.482	(3.863)	(2.248)	11.963	683	-	7.567
Total	592.971	(75.627)	(179.722)	428.865	57.066	-	36.278

Banco	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 3							
Segmento empresas	1.662.768	(128.844)	(37.028)	655.522	48.513	(341.601)	(401.449)
Empréstimos e financiamentos	1.429.849	(127.160)	(34.492)	634.589	48.513	(337.944)	1.423.797
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	222.444	-	(2.536)	354	-	(3.657)	3.672
Títulos privados	-	-	-	19.464	-	-	19.466
Garantias financeiras prestadas	10.475	(1.684)	-	1.115	-	1.040	10.946
Segmento varejo	1.065.810	(20.775)	(20.038)	592.640	131.209	(729.519)	79.794
Empréstimos consignados	632.608	(4.166)	(6.052)	379.899	74.181	(543.142)	73.038
Cartão consignado	62.612	(13)	(8)	27.136	3.151	(21.973)	27.559
Financiamento de veículos	354.871	(14.153)	(13.295)	173.530	51.629	(164.404)	(19.165)
Financiamentos imobiliários	15.719	(2.443)	(683)	12.075	2.248	-	(1.638)
Total	2.728.578	(149.619)	(57.066)	1.248.162	179.722	(1.071.120)	(321.655)

Movimentação total dos estágios	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025			
Segmento empresas	43.303.736	(341.601)	5.544.607	48.506.742			
Empréstimos e financiamentos	21.002.026	(337.944)	2.581.729	23.245.811			
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.810.189	(3.657)	1.282.181	15.088.713			
Títulos privados	351.641	-	430.049	781.690			
Garantias financeiras prestadas	8.139.880	-	1.250.648	9.390.528			
Segmento varejo	18.679.084	(729.519)	4.071.114	22.020.679			
Empréstimos consignados	13.992.314	(543.142)	1.522.497	14.971.669			
Cartão consignado	1.808.981	(21.973)	1.058.291	2.845.299			
Financiamento de veículos	2.544.685	(164.404)	1.306.325	3.686.606			
Financiamentos imobiliários	333.104	-	184.001	517.105			
Total da carteira de crédito ampliada	61.982.820	(1.071.120)	9.615.721	70.527.421			

Consolidado	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 1							
Segmento Empresas	44.838.974	(138.711)	(695.682)	24.685	138.126	-	6.723.848
Empréstimos e financiamentos	19.698.466	(115.011)	(644.398)	24.685	128.855	-	21.986.768
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.552.877	-	(354)	-	-	-	15.092.875
Arrendamento mercantil	3.106.585	(23.700)	(30.351)	-	7.587	-	484.388
Títulos privados	351.641	-	(19.464)	-	-	-	555.329
Garantias financeiras prestadas	8.129.405	-	(1.115)	-	1.684	-	9.379.582
Segmento Varejo	17.235.395	(315.373)	(592.639)	51.010	20.775	-	3.909.400
Empréstimos consignados	13.184.201	(119.881)	(379.899)	18.246	4.166	-	14.299.474
Cartão consignado	1.740.682	(10.056)	(27.135)	1.625	13	-	1.027.944
Financiamento de veículos	2.000.609	(173.473)	(173.530)	27.276	14.153	-	1.273.910
Financiamentos imobiliários	309.903	(11.963)	(12.075)	3.863	2.443	-	178.072
Total	62.074.369	(454.084)	(1.288.321)	75.695	158.901	-	10.633.248

Consolidado	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 3	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 2							
Segmento Empresas	247.138	(24.685)	(54.350)	138.711	45.546	-	29.913
Empréstimos e financiamentos	176.420	(24.685)	(49.696)	115.011	34.492	-	(5.598)
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	40.490	-	-	-	2.536	-	(41.086)
Arrendamento mercantil	30.228	-	(4.654)	23.700	8.518	-	76.597
Segmento Varejo	377.879	(51.010)	(131.209)	315.373	20.038	-	81.919
Empréstimos consignados	175.505	(18.246)	(74.181)	119.881	6.052	-	19.985
Cartão consignado	5.687	(1.625)	(3.151)	10.056	8	-	2.787
Financiamento de veículos	189.205	(27.276)	(51.629)	173.473	13.295	-	51.580
Financiamentos imobiliários	7.482	(3.863)	(2.248)	11.963	683	-	7.567
Total	625.017	(75.695)	(185.559)	454.084	65.584	-	111.832

Consolidado	2025						
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Novas operações / Write Off (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Estágio 3							
Segmento empresas	1.772.688	(138.126)	(45.546)	695.682	54.350	(346.276)	(422.732)
Empréstimos e financiamentos	1.447.278	(128.855)	(34.492)	644.398	49.696	(341.466)	(189.217)
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	222.444	-	(2.536)	354	-	(3.657)	(212.933)
Arrendamento mercantil	92.491	(7.587)	(8.518)	30.351	4.654	(1.153)	(21.624)
Títulos privados	-	-	-	19.464	-	-	2
Garantias financeiras prestadas	10.475	(1.684)	-	1.115	-	1.040	10.946
Segmento varejo	1.065.810	(20.775)	(20.038)	592.639	131.209	(729.518)	79.794
Empréstimos consignados	632.608	(4.166)	(6.052)	379.899	74.181	(543.142)	73.038
Cartão consignado	62.612	(13)	(8)	27.135	3.151	(21.972)	27.559
Financiamento de veículos	354.871	(14.153)	(13.295)	173.530	51.629	(164.404)	(19.165)
Financiamentos imobiliários	15.719	(2.443)	(683)	12.075	2.248	-	(1.638)
Total	2.838.498	(158.901)	(65.584)	1.288.321	185.559	(1.075.794)	(342.938)

Movimentação total dos estágios

Segmento empresas	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidações)	Saldo final em 31/12/2025
Empréstimos e financiamentos	46.858.800	(346.276)	6.331.029	52.843.553
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	21.322.164	(341.466)	2.699.356	23.680.054
Arrendamento mercantil	13.815.811	(3.657)	1.286.333	15.098.487
Títulos privados	3.229.304	(1.153)	539.361	3.767.512
Garantias financeiras prestadas	351.641	-	555.331	906.972
Segmento varejo	18.679.084	(729.518)	4.071.113	22.020.679
Empréstimos consignados	8.139.880	-	1.250.648	9.390.528
Cartão consignado	13.992.314	(543.142)	1.522.497	14.971.669
Financiamento de veículos	1.808.981	(21.972)	1.058.290	2.845.299
Financiamentos imobiliários	2.544.685	(164.404)	1.306.325	3.686.606
Total da carteira de crédito ampliada	65.537.884	(1.075.794)	10.402.142	74.864.232

c) Por faixa de vencimento e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

i. Por faixa de vencimento

Operações em curso normal

Parcelas vindendas

Até 3 meses	21.491.691	22.002.729
De 3 a 12 meses	13.528.068	14.739.998
De 1 a 3 anos	13.172.260	15.004.662
De 3 a 5 anos	6.437.930	6.950.949
Acima de 5 anos	2.499.916	2.559.451

Operações em curso anormal

Parcelas vindendas

Até 3 meses	279.069	287.713
De 3 a 12 meses	672.906	694.201
De 1 a 3 anos	1.001.671	1.039.672
De 3 a 5 anos	339.339	342.940
Acima de 5 anos	185.873	185.873
Parcelas vencidas	746.480	758.544
Até 60 dias	244.693	250.493
De 61 a 90 dias	55.919	57.026
De 91 a 180 dias	158.657	161.427
De 181 a 360 dias	287.211	289.598

Total da carteira de operações com características de concessão de crédito

Prazo

Até 3 meses	27	27
De 3 a 12 meses	4.070	4.070
De 1 a 3 anos	419.156	420.819
De 3 a 5 anos	109.344	133.455
Acima de 5 anos	248.093	348.601

Total de títulos privados (Nota 7.a)

Garantias financeiras prestadas

Total de garantias financeiras prestadas

Total da carteira de crédito ampliada

ii. Provisão

Provisão associada a risco de crédito

Perda Incorrida	646.068	652.479
Perda Esperada	1.479.814	1.552.445

Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito

Perda Esperada	5.840	5.840
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	5.840	5.840

Perda Esperada

Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas

Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada

d) Diversificação da carteira de crédito

Banco	2025	
	Valor	% de exposição
Diversificação da carteira de crédito ampliada por setor econômico		
Total	70.527.421	100,00%
Setor privado	70.178.816	99,51%
Pessoa jurídica	44.474.983	63,06%
Indústria	15.922.343	22,58%
Comércio	9.819.440	13,92%
Atividades Financeiras e Seguradoras	4.457.156	6,32%
Administração e serviços	2.389.310	3,39%
Energia	1.825.092	2,59%
Transportes e logística	1.740.739	2,47%
Construção	1.138.660	1,61%
Telecomunicação e TI	772.694	1,10%
Administração pública, defesa e seguridade social	701.133	0,99%
Imobiliário	603.372	0,86%
Saúde	556.678	0,79%
Extração	530.329	0,75%
Cultura e lazer	446.195	0,63%
Serviços especializados	430.675	0,61%
Saneamento	342.619	0,49%
Educação	213.594	0,30%
Hospedagem e alimentação	127.495	0,18%
Outros	2.457.459	3,48%
Pessoas físicas	25.703.833	36,45%
Setor público	348.605	0,49%



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação dos Prêmios a Receber		Consolidado	
		2025	
Saldo Inicial		269.008	
(+) Prêmios emitidos		560.120	
(+) IOF		5.374	
(-) Prêmios cancelados e restituídos		(151.811)	
(-) Recebimentos		(302.630)	
RVNE		453	
Redução ao valor recuperável		(2.083)	
Saldo Final		378.431	
d) Operações com Seguradoras			
		2025	
		Circulante	Não circulante Total
Prêmios de cosseguro aceito		8.753	- 8.753
Restituição de cosseguro cedido		958	- 958
Sinistros pagos a recuperar de cosseguro cedido		1.260	- 1.260
Comissão de cosseguro cedido		2.307	2.756 5.063
		13.278	2.756 16.034
e) Operações com Resseguradoras			
		2025	
Sinistros pagos a recuperar de resseguradores		Sinistros pagos	Redução ao valor recuperável Total
Compreensivo empresarial		25.926	(14) 25.912
Risco de engenharia		3.590	(1) 3.589
Responsabilidade de administradores e diretores - D&O		109	- 109
Responsabilidade civil profissional		716	- 716
Fiança locatícia		12	- 12
Garantia segurado - setor público		7.400	(5) 7.395
Garantia segurado - setor privado		4.683	(3) 4.680
Total		42.436	(23) 42.413
11 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS			
		2025	
		Banco	Consolidado
Adiantamentos salariais		3.482	6.695
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta		40.707	42.205
Pagamentos a ressarcir		1.299	1.299
Participações pagas antecipadamente		86.987	86.987
Margem depositada em garantia de operações de swap		78.898	78.898
Devedores diversos ⁽¹⁾		841.735	1.337.062
Total		1.053.108	1.553.146
⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Devedores diversos” está composta, substancialmente, por valores pendentes de liquidação e compensação no montante de R\$121.027 para o Banco e Consolidado e ativos de resseguros no montante de R\$474.363 para o Consolidado.			
12 OUTROS VALORES E BENS			
a) Ativos não financeiros mantidos para venda			
		2025	
		Banco	Consolidado
		Valor bruto Provisão Valor líquido	Valor bruto Provisão Valor líquido
Próprios		- - -	12 - 12
Recebidos		126.475 (18.838) 107.637	128.886 (18.838) 110.048
Total de ativos não financeiros mantidos para venda		126.475 (18.838) 107.637	128.898 (18.838) 110.060
b) Despesas pagas antecipadamente			
		2025	
		Banco	
		Até 3 meses De 3 a 12 meses De 1 a 3 anos De 3 a 5 anos Acima de 5 anos Valor ⁽¹⁾	
Despesas pagas antecipadamente		16.992 82.314 12.362 6.773 9.739 128.180	
Total de despesas pagas antecipadamente		16.992 82.314 12.362 6.773 9.739 128.180	
		2025	
		Consolidado	
		Até 3 meses De 3 a 12 meses De 1 a 3 anos De 3 a 5 anos Acima de 5 anos Valor ⁽¹⁾	
Despesas pagas antecipadamente		18.083 153.756 108.940 6.773 9.739 297.291	
Total de despesas pagas antecipadamente		18.083 153.756 108.940 6.773 9.739 297.291	
⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas pagas antecipadamente, estão compostas, substancialmente, por comissões de empréstimos e emissões no exterior no montante de R\$24.054, deságio na emissão de títulos no montante de R\$21.810 e despesas antecipadas de operações de seguros, para o Consolidado, no montante de R\$168.012.			
13 DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR			
Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:			
		2025	
		US\$ mil	R\$ mil ⁽¹⁾
Ativos			
Disponibilidades		163.771	901.132
Aplicações interfinanceiras de liquidez		39.758	218.767
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		94.788	521.564
Operações de crédito		1.445.675	7.954.681
Outros créditos		35.428	194.939
Outros valores e bens		12.271	67.522
Total de ativos		1.791.691	9.858.605
Passivos			
Depósito à vista		19.535	107.488
Depósito a prazo		253.771	1.396.352
Obrigações por operações compromissadas		61.150	336.474
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		444.837	2.447.671
Relações interfinanceiras		183	1.009
Instrumentos Financeiros Derivativos		3	17
Obrigações por empréstimos e repasses		971.559	5.345.909
Outras obrigações diversas		808	4.449
Total de passivos		1.751.840	9.639.369
⁽¹⁾ Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R\$, com base na cotação desta moeda de R\$/US\$5,5024 divulgada pelo BA-CEN, para 31 de dezembro de 2025.			
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado do Banco, despesa de variação cambial no montante de R\$15.841 sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.			
14 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS			
a) Controladas diretamente			
		Valor do	
		Lucro Líquido Investimento Resultado de	
		(Prejuízo) Ajustado Equivalência	
Empresas		2025	Exercício findo em 31/12/2025
Daycoval Leasing ^{(1) (6)}	1.395.958	643.781	643.494
Daycoval SAM ^{(1) (6)}	54.722	400.000	54.722
Dayprev ^{(2) (6) (8)}	381.941	345.000	370.482
ACS ⁽⁴⁾	1.025.752	623.597	63.058
Daycoval CTVM	237.575	220.770	11.993
Daycoval Asset	124.437	1.554	25.781
Total			3.186.182 391.364
⁽¹⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de setembro de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A, no montante de R\$350 milhões, mediante emissão de novas ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas pelo acionista Banco Daycoval S.A..			
⁽²⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de março de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Dayprev, no montante de R\$150 milhões, sendo R\$145,5 milhões com recursos do Banco Daycoval S.A. (controlador) e R\$4,5 milhões de acionistas não controladores.			
⁽³⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Dayprev, no montante de R\$20 milhões em ações ordinárias.			
⁽⁴⁾ O resultado de equivalência patrimonial entre o Banco e a controlada ACS, contempla ajuste de R\$22.744 (líquido dos efeitos tributários) referente à receita de prestação de serviço por originação de crédito, reconhecida no resultado da ACS no momento da prestação do serviço, tendo o Ban-			

co como contraparte desta operação. Para o Banco, as despesas de originação de crédito são reconhecidas no resultado, em função do prazo da operação de crédito, considerando o conceito de Taxa Efetiva de Juros (TEJ).

⁽⁶⁾ Em setembro de 2025 foi realizada cessão de carteira de arrendamento mercantil entre as empresas Daycoval Leasing (cedente) e Daycoval SAM (cessionária), ambas integrantes do Conglomerado Daycoval, sendo que a transação não gerou resultado para as entidades. Os resultados apresentados referem-se à reversão do passivo fiscal diferido da cedente de R\$ 411.111 e R\$ 365.432 relativos à constituição de passivo fiscal diferido na cessionária, ambas referentes à superveniência de depreciação das operações de arrendamento objeto da cessão.

⁽⁶⁾ O Patrimônio Líquido apresentado considera a destinação de dividendos no montante de R\$152.830 na Daycoval Leasing e R\$1.512 na Dayprev.

b) Controladas indiretamente				Valor do			
		Lucro Líquido Investimento Resultado de					
		(Prejuízo) Ajustado Equivalência					
		2025					
Empresas		2025					
IFP ⁽²⁾	360.874	360.020	360.020.000	99,99	17.650	360.873	17.655
SCC ⁽²⁾	18.133	10.020	10.020.000	99,99	1.130	18.133	1.130
Treetop ^{(1) (2)}	96.023	14.684	2.668.585	99,99	8.182	96.023	(2.832)
Daycoval Seguros ^{(3) (4)}	328.114	304.750	200.491.438	97,00	13.707	328.114	13.707
Total					803.143		29.655

⁽¹⁾ Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a. despesa de variação cambial no montante de R\$11.014 sobre o investimento na Treetop.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R\$15.598 que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

⁽³⁾ Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R\$13.707 que foi reconhecido no resultado da Dayprev (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

⁽⁴⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de março de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Daycoval Seguros, no montante de R\$250 milhões, totalmente subscrito e integralizado com recursos da Dayprev (controladora).

c) Outras participações
O Daycoval possui participação de 0,59% na CIP S.A totalizando investimento no montante de R\$7.129.

15 IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição do custo de aquisição e da depreciação acumulada				2025			
				Banco			
		% depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada		Valor líquido	
Aeronave		10%	192.325	(27.242)		165.083	
Computadores e periféricos		20%	42.632	(34.738)		7.894	
Instalações		10%	939	(806)		133	
Móveis e equipamentos de uso		10%	35.529	(12.909)		22.620	
Veículos		20%	4.202	(1.662)		2.540	
Direito de uso		4%	3.656	(385)		3.271	
Total			279.283	(77.742)		201.541	

				2025			
				Consolidado			
		% depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada		Valor líquido	
Aeronave		10%	192.325	(27.242)		165.083	
Computadores e periféricos		20%	45.744	(35.886)		9.858	
Instalações		10%	5.039	(3.264)		1.775	
Imóveis de uso		4%	2.906	(769)		2.137	
Móveis e equipamentos de uso		10%	40.867	(16.765)		24.102	
Veículos		20%	6.704	(2.355)		4.349	
Direito de uso		4%	12.102	(6.759)		5.343	
Total			305.687	(93.040)		212.647	

b) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional				2025			
				Consolidado			
		Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido	
Máquinas e equipamentos		10%	295.936	(220.022)	(5.940)	69.974	
Total			295.936	(220.022)	(5.940)	69.974	

16 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)				2025			
				Até 3 meses		De 1 a 3 anos	
						Total	
Obrigações por operações compromissadas							
Avaliadas pelo seu custo amortizado							
Carteira própria							
Letras financeiras do tesouro - LFT		5.466.502				5.466.502	
Notas do tesouro nacional - NTN		4.687.169	-			4.687.169	
Debêntures		204.918	-			204.918	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI		431.553	-			431.553	
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA		86.323	-			86.323	
Outros ⁽¹⁾		56.539	-			56.539	
Carteira de terceiros		-	336.474			336.474	
Letras financeiras do tesouro - LFT		2.525.822	-			2.525.822	
Letras do tesouro nacional - LTN		812.008	-			812.008	
Notas do tesouro nacional - NTN		524.419	-			524.419	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI		924.209	-			924.209	
Certificados de recebíveis do agronegócio		265.186	-			265.186	
Carteira de livre movimentação		12.411	-			12.411	
Notas do tesouro nacional - NTN		12.411	-			12.411	
Total		8.004.735	336.474			8.341.209	

⁽¹⁾ Refere-se a operações compromissadas realizadas pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

b) Resumo dos instrumentos de captação
O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	2025	
	Banco	Consolidado
Avaliados pelo seu custo amortizado		
Depósitos	30.231.906	29.392.915
À vista	2.079.881	2.042.088
Interfinanceiros	1.377.971	709.121
A prazo	26.764.912	26.632.564
Outros depósitos	9.142	9.142
Emissões de títulos	33.348.989	32.719.139
Letras de crédito imobiliário	718.436	718.436
Letras de crédito do agronegócio	4.945.275	4.945.275
Letras financeiras	25.237.607	24.607.757
Emissões no exterior	2.447.671	2.447.671
Obrigações por empréstimos e repasses	10.982.571	10.982.571
Empréstimos no exterior	10.223.185	10.223.185
Repasses de instituições oficiais	759.386	759.386
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	2.767.258	2.767.258
Letras financeiras	2.767.258	2.767.258
Total	77.330.724	75.861.883



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas	2025					
	Banco			Consolidado		
	01/01/2025	Constituição (Realização)	31/12/2025	01/01/2025	Constituição (Realização)	31/12/2025
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	185.652	(38.422)	147.230	195.866	(47.517)	148.349
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.185.223	79.045	1.264.268	1.218.329	68.990	1.287.319
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	252.458	(140.795)	111.663	274.659	(165.843)	112.079
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	302.466	39.778	342.244	302.466	43.042	342.245
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	91.120	59.570	150.690	114.300	93.796	208.096
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.016.919	(824)	2.016.095	2.105.620	(7.532)	2.098.088
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	355.189	(308.617)	46.572	387.009	(337.762)	49.247
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	497.163	72.266	569.429
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	28.275	2.847	31.122	28.275	2.847	31.122
Atualização monetária de depósitos judiciais	202.900	29.278	232.178	202.951	29.423	232.374
Outras exclusões temporárias	-	10.032	10.032	-	10.033	10.033
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	586.364	(266.460)	319.904	1.115.398	(223.193)	892.205
e) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários						
Banco						
2025						
Diferenças temporárias						
IR						
CSLL						
Total						
Consolidado						
2025						
Diferenças temporárias						
IR						
CSLL						
Total						
Até 1 ano	329.957	264.053	594.010	349.308	277.120	626.428
Até 2 anos	145.887	117.215	263.102	157.425	124.755	282.180
Até 3 anos	53.103	42.808	95.911	59.222	46.692	105.914
Até 4 anos	58.028	47.029	105.057	64.475	51.064	115.539
Até 5 anos	50.867	40.892	91.759	51.978	41.746	93.724
Acima de 5 anos	484.438	381.818	866.256	489.031	385.272	874.303
Total	1.122.280	893.815	2.016.095	1.171.439	926.649	2.098.088
Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$ 1.594.100 para o Banco e de R\$ 1.663.387 para o Consolidado, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Conglomerado Daycoval, projetada para os períodos correspondentes.						
As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.						
20 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS (Consolidado)						
a) Provisões técnicas de seguros e resseguros:						
2025						
PPNG						
PSL						
IBNR						
PDR						
Total						
Compreensivo empresarial	18.464	9.957	13.739	1.090	43.250	
Riscos de engenharia	6.100	13.191	5.496	617	25.404	
Responsabilidade civil profissional - E&O	5.744	3.185	-	83	9.012	
Fiança locatícia	3.063	59	-	-	3.122	
Garantia segurado - setor público	584.153	175.888	6.247	507	766.795	
Garantia segurado - setor privado	58.200	9.115	1.997	225	69.537	
Total	675.724	211.395	27.479	2.522	917.120	
b) Movimentação das provisões técnicas de seguros e resseguros:						
31/12/2024						
Constituição/ (Reversão)						
31/12/2025						
Prêmios não ganhos	557.821	117.903	675.724			
Sinistros ocorridos mas não avisados	14.294	13.185	27.479			
Sinistro a liquidar	173.742	37.653	211.395			
Provisão despesa relacionada	1.875	647	2.522			
Total	747.732	169.388	917.120			
c) Garantia das provisões técnicas:						
2025						
Provisões técnicas						
Direito creditório						
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG						
Ativos de resseguro redutores de PPNG						
Ativos de resseguro redutores de PSL						
Ativos de resseguro redutores de IBNR						
Ativos de resseguro redutores de PDR						
Depósitos judiciais redutores						
Total a ser coberto (a)						
Ativos vinculados SUSEP (b)						
Ativos líquidos (b-a)						
2025						
917.120						
(290.001)						
(80.596)						
(102.316)						
(189.703)						
(8.104)						
(1.207)						
(1.600)						
243.593						
406.308						
162.715						
d) Teste de adequação dos passivos:						
O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar eventual insuficiência entre o montante registrado a título de provisões técnicas e as estimativas correntes do fluxo de caixa, considerando as premissas mais realistas observadas na data-base. Foram considerados os fluxos de caixa das obrigações assumidas pelo Daycoval no cumprimento dos contratos vigentes até a data-base, descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco utilizando-se dos parâmetros da curva prefixada, conforme critérios de estimação, interpolação e extrapolação estabelecidos em conformidade com as normas divulgadas pela SUSEP. As premissas realistas utilizadas baseiam-se, prioritariamente, nos dados históricos advindos das operações do próprio Daycoval. O teste foi realizado observando-se ainda as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com os registros contábeis do Daycoval. Os testes foram realizados por grupo de ramos e os índices de sinistralidade considerados foram: 72,5% para o grupo 1 – Patrimonial, 24,6% para o grupo 3 – Responsabilidades e 8,1% para o grupo 7 – Riscos Financeiros, todos calculados com base no histórico dos prêmios ganhos e dos sinistros e despesas incorridos do Daycoval nos últimos 48 meses. Quando identificada insuficiência, registra-se a provisão complementar de cobertura ou realiza-se ajuste nas provisões de sinistros, a depender da origem da insuficiência – sinistros futuros ou sinistros já ocorridos, respectivamente – em contrapartida ao resultado do período. O teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2025 não identificou qualquer insuficiência e, consequentemente, não há necessidade de constituição de qualquer uma das provisões citadas.						
21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)						
a) Capital social						
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social do Banco monta R\$6.907.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.662.419.000 ações nominativas, composto por 1.863.693.299 ações ordinárias e 798.725.701 ações preferenciais.						
b) Aumento de capital						
Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2025, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R\$3.350.000, mediante a incorporação parcial do saldo de Reservas de Lucros apuradas com base no balanço do semestre findo em 30 de junho de 2025, mediante a emissão de 771.746.082 novas ações nominativas.						
c) Composição e movimentação do capital social em ações						
Quantidade de ações						
2025						
Ações ordinárias - no início do exercício						
Emissão de ações por aumento no capital social						
Ações ordinárias - ao final do exercício						
Ações preferenciais - no início do exercício						
Emissão de ações por aumento no capital social						
Ações preferenciais - ao final do exercício						
Total de ações						
2.662.419.000						
d) Juros sobre o capital próprio e dividendos						
Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.						
Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.						

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos:		
Lucro líquido (-) Constituição de reserva legal Lucro líquido ajustado Dividendos Valor dos juros sobre o capital próprio (-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos ⁽¹⁾ Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado. ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos: Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:	2025	% ⁽¹⁾
	1.796.581	
	(89.829)	
	1.706.752	
	1.002.057	
	609.491	
	(91.424)	
	1.520.124	89,07
iii. Dividendos de exercícios anteriores: Foram distribuídos dividendos de exercícios anteriores sobre reservas de lucros apuradas até 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$200.411, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025, sendo disponibilizados aos acionistas em 30 de dezembro de 2025. iv. Dividendos do exercício corrente: Foram distribuídos antecipadamente dividendos sobre o lucro relativo ao exercício corrente, apurado até 30 de novembro de 2025, no montante de R\$1.002.057, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025, sendo disponibilizados aos acionistas em 30 de dezembro de 2025.	2025	
	Data da RCA	Valor por ação
	Data da disponibilização	ON PN
	31/03/2025	15/04/2025 0,07350 0,07350
	30/06/2025	15/07/2025 0,08070 0,08070
	30/09/2025	15/10/2025 0,08449 0,08449
	29/12/2025	29/12/2025 0,08368 0,08368
	Total	609.491 (91.424) 518.067
e) Reserva de lucros		
Reserva legal ⁽¹⁾ Reservas estatutárias ⁽²⁾ Total ⁽¹⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente. ⁽²⁾ Reserva constituída conforme disposição estatutária.		
	2025	
f) Lucro líquido por ação (Controlador)		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações Ações ordinárias Ações preferenciais Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social ⁽¹⁾ Ações ordinárias Ações preferenciais Lucro líquido por ação - Básico Ações ordinárias Ações preferenciais Lucro líquido por ação - Diluído Ações ordinárias Ações preferenciais ⁽¹⁾ quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 31 de dezembro de 2025 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.		
	2025	
	1.796.581	
	1.257.607	
	538.974	
	1.326.431.164	
	568.470.500	
	0,9481	
	0,9481	
	0,9481	
	0,9481	
	0,9481	
	0,9481	
22 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
a) Carteira de crédito		
Operações de crédito Adiantamento a depositantes Conta-garantida / cheque especial Títulos descontados Capital de giro Cédula de crédito de exportação - CCE Repasse – BNDES Repasse – FINAME Crédito rural Empréstimos de ações Financiamento com interveniência Financiamento em moeda estrangeira FGI PEAC FGO Pronampe Crédito consignado Empréstimos com garantias de imóveis Ajuste a valor justo de crédito consignado Financiamento de veículos Ajuste a valor justo de financiamento de veículos Financiamento de imóveis Outras operações de crédito		
	Exercício findo em	
	31/12/2025	
	Banco Consolidado	
	7.017.679 7.091.811	
	5.852	5.852
	730.992	730.992
	19.020	19.020
	961.375	968.292
	175.155	175.155
	2.012	2.012
	101.669	101.669
	74.569	74.569
	368	368
	3.140	3.140
	(277.622)	(277.622)
	282.888	282.888
	339	339
	3.084.727	3.084.727
	66.696	66.696
	400.044	400.044
	913.414	913.414
	71.052	71.052
	7.857	7.857
	394.132	461.347
	-	707.263
	-	2.383.142
	Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	- 2.131.247
	Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	- 103.166
	Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de hedge	- 55.402
	Lucro na alienação de bens arrendados	- 93.327
	Despesas de arrendamento mercantil	- (1.675.879)
	Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	- (1.599.972)
	Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	- (2.428)
	Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de hedge	- (10.938)
	Depreciação de bens arrendados	- (62.541)
	Outros créditos com características de concessão de crédito	2.508.399 2.510.758
	ACC / ACE	22.366 22.366
	Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	1.710.667 1.713.026
	Títulos com característica de crédito	775.366 775.366
	Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	298.259 299.408
	Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.g.ii)	298.259 298.259
	Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.g.ii) - Arrendamento mercantil	- 1.149
	Total	9.824



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			
a)	Determinação e hierarquia do valor justo		
	O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:		
	• Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;		
	• Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e		
	• Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.		
Classificação contábil		2025	
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:		Banco	
Por meio do resultado		Nível 1	Nível 2
Títulos e valores mobiliários			
Títulos privados		81.728	641.583
Títulos públicos federais		14.482.591	-
Cotas de fundos de investimento		1.654.145	-
Títulos públicos de outros países		508.261	-
Ações			
Ações		9.009	-
Derivativos			
Operações de swap, termo e opções		-	289.114
Mercado futuro		171.293	-
Operações de crédito			
Financiamento de veículos (objeto de hedge contábil)		-	3.236.643
Empréstimos consignados (objeto de hedge contábil)		-	9.386.645
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:			
Por meio do resultado			
Obrigações por empréstimos			
Empréstimos no exterior		-	3.767.635
Derivativos			
Operações de swap, termo e opções		-	2.568.898
Mercado futuro		64.509	-
		2025	
		Consolidado	
		Nível 1	Nível 2
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:			
Por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários			
Títulos privados		171.930	676.759
Títulos públicos federais		15.787.534	-
Cotas de fundos de investimento		1.721.453	-
Títulos públicos de outros países		508.261	-
Títulos privados no Exterior		70.359	-
Ações			
Ações		9.009	-
Derivativos			
Operações de swap, termo e opções		-	289.114
Mercado futuro		171.356	-
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (objeto de hedge)			
Empréstimos consignados (objeto de hedge contábil)		-	9.386.645
Arrendamento Mercantil (objeto de hedge contábil)		-	1.316.677
Financiamento de veículos (objeto de hedge contábil)		-	3.236.643
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:			
Por meio do resultado			
Obrigações por empréstimos			
Empréstimos no exterior		-	3.767.635
Derivativos			
Operações de swap, termo e opções		-	2.543.559
Mercado futuro		64.520	-
Em 31 de dezembro de 2025, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.			
b)	Método de apuração do valor justo		
	Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, considera técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.		
	Títulos e valores mobiliários		
	Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento são disponibilizados por seus respectivos administradores.		
	Derivativos		
	• Swaps: os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.		
	• Futuros e Termo (“NDF”): cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de swaps.		
	• Opções: apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.		
	Operações de crédito, emissões no exterior e obrigações por empréstimos		
	São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.		
c)	Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado		
	O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.		
	Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:		
	2025		
	Banco		
	Custo amortizado Valor justo		
	Classificação contábil		
	Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais			
Títulos e valores mobiliários - Títulos privados			
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países			
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)			
Obrigações por empréstimos e repasses			
2025			
Consolidado			
Custo amortizado Valor justo			
Classificação contábil			
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito			
Operações de arrendamento mercantil			
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais</			

do de valorização, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

- 25
- GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL
- O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno.
- O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.
- A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital (“Comitê de Riscos”), para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão.
- As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição.
- As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.
- a) Gerenciamento de capital
- O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, o plano de capital e de contingência de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital e de contingência de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com as exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas da seguir:
- i. Requerimento de capital (Basileia)
- Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (“Risk weighted assets” ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).
- As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentem capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.
- O Patrimônio de Referência (“PR”) é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior, da Daycoval SAM, do Daycoval Leasing, da Daycoval CTVM, do Fundo Daycoval Tesouraria, do Fundo Day Maxx 4 e do Fundo Daycoval Real Estate.
- As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência (“PR”), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital
	2025
Patrimônio de Referência (“PR”) - mínimo exigido	8,00%
Nível I	6,00%
Capital principal	4,50%
Capital complementar	1,50%
Nível II	2,00%
Adicional de capital principal (“ACP”)	2,50%
ACP - Conservação	2,50%
ACP - Contracíclico ⁽¹⁾	0,00%
ACP - Sistemico ⁽²⁾	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	10,50%
⁽¹⁾ Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art. 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.	
⁽²⁾ O Adicional de Importância Sistemica (ACP Sistemico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistemico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistemico é igual a 0%.	
As composições do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco (“RWA”) e do indicador de Basileia, estão demonstrados da seguir:	
	2025
Patrimônio de referência	9.830.357
Patrimônio de referência - Nível I	9.830.357
Capital principal	7.063.099
Patrimônio líquido	7.075.348
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.955/21	(12.249)
Capital complementar	2.767.258
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.c)	2.767.258
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	5.895.848
Ativos ponderados pelo risco (“RWA”)	73.698.094
Risco de crédito - RWAcpad ⁽¹⁾	61.337.456
Risco de mercado - RWAm pad	6.037.322
Risco operacional - RWAopad	6.323.316
Indicador de Basileia	13,3%
Indicador de Basileia - Capital Nível I	13,3%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)	214.887
Excedente do Patrimônio de referência	
Sobre a exigência mínima	66,7%
Sobre a exigência total	27,0%
⁽¹⁾ Os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são estabelecidos pela Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022.	

- b) Risco de mercado
- É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).
- i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:
- Risco de preço de taxa de juros
- Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:
- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos; e
 - Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.
- Risco de preço de tipo de câmbio
- Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.
- Risco de preço de valores
- Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:
- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral; e
 - Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.
- ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado
- Valor em Risco (VaR)
- O Valor em Risco ou VaR (*Value-at-Risk*) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de *Trading* (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.
- Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.
- Metodologia Paramétrica
- Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.
- Carteira bancária (Banking Book)
- A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:
- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- Δ NII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas; e
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira *Banking*: refere-se às operações que não são classificadas na carteira *Trading* e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira *Trading* e *Banking*, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para a data-base de 31 de dezembro de 2025:

Fatores de risco	2025		
	Cenários		
	1	2	3
Trading	(35.683)	(44.183)	(52.518)
Pré	1.467	1.817	2.157
Moeda Estrangeira	(8.451)	(10.645)	(12.828)
Inflação	(27.779)	(34.172)	(40.378)
Renda Variável	(1.620)	(2.025)	(2.430)
CDI / Selic	908	1.058	1.184
Commodities	(208)	(216)	(224)
Banking	(236.423)	(295.984)	(355.780)
Pré	(100.561)	(126.742)	(153.355)
Moeda Estrangeira	(60.898)	(75.721)	(90.409)
Inflação	102	284	514
Fundos	(70.746)	(88.432)	(106.119)
CDI / Selic	(4.321)	(5.372)	(6.412)
Total geral	(272.106)	(340.167)	(408.298)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários para 31 de dezembro de 2025:

Cenário	Curva Pré	Cupom Inflação	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Ibovespa	Commodities	Fundos
Proprietário	-1,88%	+1,61%	+2,65%	-12,00%	-18,00%	+7,37%	-4,82%
25%	-2,35%	+2,01%	+3,31%	-15,00%	-22,50%	+9,21%	-6,03%
50%	-2,82%	+2,42%	+3,98%	-18,00%	-27,00%	+11,06%	-7,23%

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros acima refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2025. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Informações nas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de *backtesting*, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- *Covenants* assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos *books* da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecem o provisionamento necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 4.966/21 e Resolução nº 352/23, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de *score* são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, mediante análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

O Risco Operacional é definido como o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal, relacionado à inadequação ou deficiência de contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções decorrentes do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e às indenizações por danos causados a terceiros no exercício de suas atividades.

O gerenciamento do risco operacional no Grupo Daycoval é realizado por meio de uma estrutura de governança dedicada e devidamente capacitada, com o objetivo de identificar, avaliar, classificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais aos quais o Conglomerado está exposto, além de promover a disseminação da cultura de risco em todas as suas áreas.

A Diretoria de Governança, Riscos e Compliance atua de forma integrada com os gestores das áreas de negócios e de processos, sendo responsável pela definição, aplicação e acompanhamento das metodologias e ferramentas corporativas de gestão do risco operacional. Essas metodologias contemplam a mensuração do impacto potencial dos riscos identificados, a avaliação da frequência de sua ocorrência, o cálculo da severidade do risco por meio da combinação entre impacto e probabilidade, bem como a mensuração da efetividade dos controles existentes. Esse processo subsidia o monitoramento contínuo da exposição ao risco operacional e a implementação de planos de ação voltados à mitigação dos riscos, em consonância com os objetivos estratégicos do Grupo Daycoval e com o arcabouço regulatório vigente.

A gestão do risco operacional permeia os processos executados por todas as áreas do Grupo Daycoval e resulta na construção e manutenção da Matriz de Riscos e Controles, que proporciona uma visão estruturada e detalhada da exposição ao risco operacional do Conglomerado. Essa matriz permite a identificação e priorização dos riscos com maior nível de exposição, apoiando a definição, o acompanhamento e, quando aplicável, o alinhamento de planos de ação destinados à mitigação dos riscos identificados.

No âmbito da continuidade dos negócios, o Grupo Daycoval adota estratégia voltada à manutenção do funcionamento de suas áreas e linhas de negócios, incluindo os serviços relevantes prestados por terceiros, em situações de contingência. A gestão da continuidade de negócios é estruturada de forma a atender às diretrizes definidas pela alta administração, visando assegurar condições adequadas para a continuidade das atividades e limitar perdas decorrentes de eventuais interrupções dos processos críticos de negócio.

f) Risco Regulatório e de Conformidade

O Risco Regulatório ou de Conformidade é definido como o risco decorrente da possibilidade de aplicação de sanções legais ou regulatórias, da ocorrência de perdas financeiras ou de danos reputacionais, em razão do descumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado, compromissos assumidos junto a reguladores e entidades autorreguladoras, bem como das diretrizes estabelecidas no Código de Conduta vigente do Grupo Daycoval.

Esse risco é monitorado de forma contínua pela área de Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade do Grupo Daycoval com o arcabouço regulatório aplicável, bem como garantir a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade. As atribuições dessa área incluem a identificação e o acompanhamento de alterações no ambiente regulatório, a avaliação de seus impactos sobre as atividades, produtos e processos do Conglomerado, e o gerenciamento das ações necessárias ao atendimento das exigências legais, regulamentares e internas, observando os prazos e o alinhamento com os objetivos estratégicos da Instituição e do Conglomerado.

g) Risco social, ambiental e climático – RSAC

O risco social, ambiental e climático corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a esses fatores, em cada entidade integrante do Conglomerado Daycoval, observando os princípios de relevância e proporcionalidade. Conforme Resolução CMN 4.943/2021, RSAC tem a seguinte definição:

- Risco Social: possibilidade de perdas para a instituição decorrentes de eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.
- Risco Ambiental: possibilidade de perdas decorrentes de eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.
- Risco Climático: pode ser classificado como de transição ou físico.
 - De transição: perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, com redução ou compensação da emissão de gases de efeito estufa e preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases.
 - Físico: perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, relacionadas a mudanças nos padrões climáticos.

Conforme as diretrizes estabelecidas em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), o Daycoval mantém uma estrutura de gerenciamento de risco social, ambiental e climático. Essa atuação busca mitigar os impactos de natureza socioambiental e climática em suas atividades, processos e ofertas de produtos. O Banco entende que RSAC é transversal e as possíveis ocorrências socioambientais e climáticas, podem se materializar em outros riscos, como risco de crédito, risco legal, risco reputacional e risco de mercado.

26 BENEFÍCIOS A COLABORADORES

Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBAs e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

27 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Administração e gestão de recursos de terceiros

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$201,6 bilhões.

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Combinação de negócios

Em janeiro de 2025 o Grupo Daycoval concluiu a aquisição da totalidade das ações da BMG Seguros S.A. através de sua controlada Dayprev Vida e Previdência S.A.. A aquisição teve como principais objetivos ampliar a estratégia de diversificação, seguindo a expansão de produtos e serviços visando reforçar o relacionamento de longo prazo com clientes.

A aquisição foi concluída após as aprovações regulatórias junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, pelo montante de R\$ 93.546 (composto pelo preço base originalmente acordado de R\$92.388 e por uma parcela adicional, vinculada à aplicação dos mecanismos de ajuste de preço previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 05 de setembro de 2024, no montante de R\$ 1.158). O excedente de R\$25.883, resultante da diferença do valor do patrimônio líquido da entidade adquirida (R\$67.663 em 31 de dezembro de 2024) e o valor efetivamente pago, potencialmente será amortizado em contrapartida ao resultado dos períodos futuros.

Em janeiro de 2026 foi concluído o estudo técnico de alocação de preço de compra para atendimento da Resolução CMN nº 4.817/2020 que define que o ágio é a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e dos passivos da entidade adquirida. Com base no referido estudo, foi efetuada a alocação do preço de compra em ativos intangíveis e ágio na aquisição. Adicionalmente, não foram identificados ajustes relevantes a valor justo nos ativos identificáveis adquiridos e nos passivos assumidos da investida na data-base da operação, além daqueles relacionados ao reconhecimento do referido ativo intangível. A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado.

d) Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a eventual contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

e) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.



A ADMINISTRAÇÃO		LUIZ ALEXANDRE CADORIN - Contador - CRC 1SP243564/O-2
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria		
<p>O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Daycoval S.A. ("Banco") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo entre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.</p> <p>No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o <i>follow-up</i> destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e <i>Compliance</i> para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de riscos, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados</p>		
<p>às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das atividades realizadas, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriados submeter à Administração.</p> <p>Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.</p>		
São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.		
O Comitê de Auditoria		
Eduardo Mormino – Coordenador do Comitê de Auditoria Rony Dayan - Membro do Comitê de Auditoria Reinaldo Cesar Filipovitch Lopes Molina - Membro do Comitê de Auditoria		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas	
<p>Aos Administradores e Acionistas do Banco Daycoval S.A.</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Ênfase</p> <p><i>Informações comparativas</i></p> <p>Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a qual descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p><i>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</i></p> <p><i>Por que é um PAA?</i></p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passou a ser constituída levando em consideração os requerimentos da Resolução nº 4.966/21 do CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do BCB. Entre outros requerimentos, a referida norma requer que a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considere o modelo de perdas esperadas.</p> <p>O Banco desenvolveu e implementou políticas para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 3.d) iv às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco; dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.</p> <p><i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?</i></p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas pelo Banco na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas, que consideram modelos, premissas e bases de dados adotados pela Administração; (iii) envolvimento de especialistas na revisão das metodologias utilizadas pelo Banco na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iv) revisão, com base em amostragem, da aplicação dos critérios de provisão para perdas esperadas de certas operações; (v) análise do nível de provisionamento das carteiras; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.</p> <p><i>Conclusão da avaliação</i></p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco para mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p>Outros assuntos</p> <p><i>Demonstrações do valor adicionado</i></p> <p>As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor</p> <p>A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma</p>	
<p>de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.</p> <p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 10 de fevereiro de 2026</p>	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Vanderlei Minoru Yamashita Contador CRC nº 1 SP 201506/O-5	



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Senhores Acionistas,	Governança Corporativa	Declaração da Diretoria
A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.	O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca constantemente aprimorar seu modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos.	Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Destaques Financeiros	Relacionamento com os Auditores Independentes	Agradecimentos
O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 lucro líquido de R\$ 643,5 milhões (R\$ 159,0 milhões em dezembro de 2024). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2025 em R\$ 1,1 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em dezembro de 2024). As captações de recursos são realizadas junto ao Banco Daycoval S.A. e montam R\$ 59,6 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2024).	Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.	A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.
São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.		A Administração

